

Finanças do Município de

ARACRUZ

Prestação
de Contas **2003**



Apresentação

Este segundo número de Finanças de Aracruz - Prestação de Contas 2003 vem dar continuidade ao trabalho de divulgação das contas públicas do município iniciado em 2002. Devido à boa repercussão alcançada pela edição anterior e à expectativa que se criou pela próxima publicação, prosseguimos elaborando este instrumento que permite aos cidadãos de Aracruz compreender nossa realidade fiscal e avaliar nossa administração.

O ano de 2003 caracterizou-se como um período de ajustes. Foi um ano em que o controle das despesas se fez necessário para que pudéssemos fazer frente a uma retração das receitas e ainda acumularmos um superávit. De fato, nossa receita total foi reduzida em 9% e nosso gasto em 22,7%, em relação a 2002, o que nos fez alcançar um resultado orçamentário positivo em R\$ 6,7 milhões. Devemos nos lembrar que tanto as receitas quanto as despesas de 2002 foram excepcionalmente elevadas se comparadas a anos anteriores. Assim, mesmo com essas quedas, os valores da receita e da despesa de 2003 foram substancialmente superiores aos verificados em 2000, eliminando-se os efeitos da inflação.

Dentre os itens da receita, podemos ressaltar os bons resultados obtidos na arrecadação do IPTU e das taxas, que cresceram 33% e 55%, respectivamente. Nossa batalha na Justiça para voltarmos a receber os royalties de petróleo surtiu efeito e, assim, contabilizamos R\$ 3,9 milhões de royalties em 2003, em caráter liminar. Foi no âmbito das transferências recebidas dos governos federal e estadual que alcançamos resultados inferiores ao de 2002. O Fundo de Participação dos Municípios (FPM) foi reduzido em função do fraco desempenho da economia em 2003, e a participação de Aracruz na transferência do ICMS caiu devido à queda em seu índice de participação na distribuição do ICMS.

Outro fator que afetou o desempenho de nossas receitas foi a inexistência de transferências dos governos federal e estadual destinadas a investimentos. Por isso, tivemos que preservar nossa capacidade de investimento com recursos próprios, fazendo até com que ela crescesse de 5% para 5,6%. Desse modo, nossos investimentos foram menores que os de 2002, mas superiores aos de 2001.

Acreditamos que a divulgação das contas de Aracruz mostra a toda a população como tem sido nosso empenho em atender as suas demandas, ao mesmo tempo que preservamos o equilíbrio financeiro dessa gestão. Finanças de Aracruz – Prestação de contas 2003 é um poderoso instrumento nas mãos da sociedade civil e contribui muito para o enriquecimento da democracia em nosso município.

Luiz Carlos Cacá Gonçalves
Prefeito municipal

Lidiel Silva Scherrer
Secretario municipal da Fazenda



Art. 48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos” (grifo nosso).

Lei de Responsabilidade Fiscal
Lei Complementar, n.º 101, 04/maio/2000

- Índice

1	Análise das receitas	4
2	Análise das despesas	13
3	Resultado da execução orçamentária	23
4	Limites constitucionais e legais	24

1 | Análise das receitas

Principais fontes de receita – 2000-2003

Em mil reais médios de 2003 - IGP-DI

Fontes de receita	2000	2001	2002	2003	Variação 2003/2002	Particip. na Rec. total 2003
Receitas correntes	76.650	94.960	98.221	92.257	-6,1%	100,0%
Receita tributária	9.799	11.937	14.286	12.225	-14,4%	13,3%
IPTU	832	901	590	786	33,2%	0,9%
IRRF	-	-	844	767	-9,1%	0,8%
ITBI	321	549	501	353	-29,4%	0,4%
ISS	5.931	8.133	10.609	7.612	-28,3%	8,3%
Taxas	2.715	2.354	1.741	2.706	55,4%	2,9%
Transferências correntes	62.649	78.561	81.729	74.203	-9,2%	80,4%
União	18.880	19.169	19.597	16.486	-15,9%	17,9%
FPM	8.430	8.776	9.386	7.987	-14,9%	8,7%
SUS	5.255	5.653	5.823	5.006	-14,0%	5,4%
Outras transferências da União	5.195	4.741	4.387	3.493	-20,4%	3,8%
Estado	41.982	56.471	61.732	55.732	-9,7%	60,4%
QPM-ICMS	37.543	53.445	58.838	53.665	-8,8%	58,2%
IPVA	1.177	840	859	782	-8,9%	0,8%
Outras transferências do Estado	3.262	2.187	2.035	1.285	-36,9%	1,4%
Saldo Fundef	1.787	-434	-1.782	-362	-79,7%	-0,4%
Outras transferências correntes	0	3.354	2.182	2.347	7,6%	2,5%
Outras receitas correntes	4.202	4.462	2.207	5.829	164,2%	6,3%
Royalties	3.083	3.632	868	3.944	354,2%	4,3%
Demais receitas correntes	1.119	830	1.338	1.886	40,9%	2,0%
Receitas de capital	838	764	3.169	0	-	-
Transferências de capital	665	764	3.169	0	-	-
Outras receitas de capital	173	0	0	0	-	-
Receita total	77.488	95.725	101.390	92.257	-9,0%	100,0%

Receita total

Em 2003, o Município de Aracruz obteve uma receita total de R\$ 92,3 milhões. Foi um nível de receita razoável, na medida em que foi 9% menor que a de 2002, de R\$ 101,4 milhões, a maior receita do período em análise. É bom lembrar que todos os valores até 2002, salvo indicações em contrário, são valores corrigidos pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), ou seja, descontados do efeito da inflação.

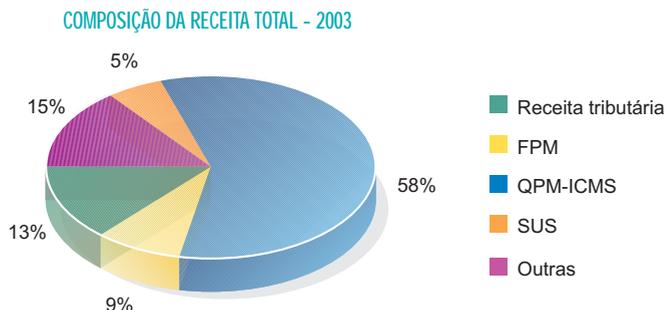
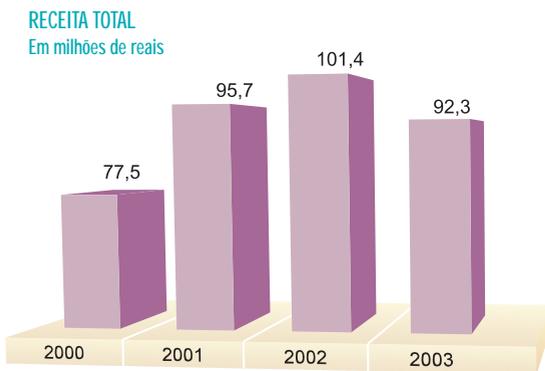
O recuo da receita total em 2003 originou-se da queda das transferências do Estado e da União e da arrecadação tributária municipal.

A mais importante fonte da receita de Aracruz é a transferência estadual de ICMS, chamada de Quota-Parte Municipal no ICMS (QPM-ICMS). Em 2003, 58% de toda a receita do município foi proveniente dessa transferência.

A segunda maior fonte de recursos, em 2003, foi o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), cuja receita de R\$ 8 milhões foi ligeiramente superior à do ISS, de R\$ 7,6 milhões, e bem distante do peso da QPM-ICMS. O FPM representou 8,7% da receita municipal.

Conforme já mencionado na edição do ano anterior, vale a pena reiterar que duas das principais receitas de Aracruz, a QPM-ICMS e o ISS, juntas representaram mais de dois terços

(66,4%) da receita municipal de 2003, e estão fortemente relacionadas às atividades econômicas da empresa Aracruz Celulose S.A. Desse modo, a evolução da receita total do município sofre diretamente os impactos do desempenho econômico dessa grande empresa.



Receita tributária

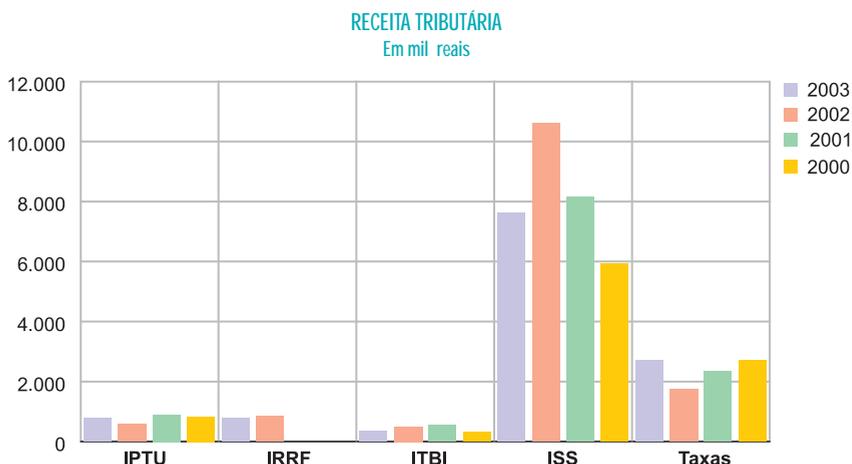
Atualmente, a receita tributária do Município de Aracruz responde por 13% de toda a receita municipal. Ela é composta pelo Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), referente ao imposto de renda retido pela Prefeitura, e as taxas municipais.

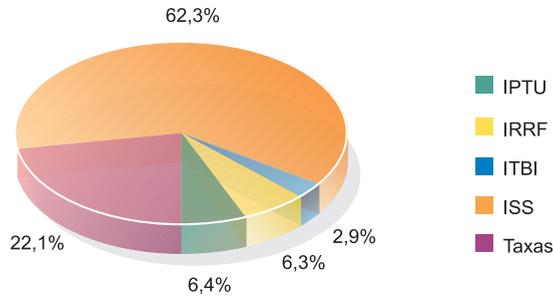
Apesar do bom nível da arrecadação dos tributos em 2003, de R\$ 12,2 milhões, superior aos valores arrecadados em 2000 e 2001, ela foi inferior em 14,4% à ocorrida em 2002, de R\$ 14,3 milhões.

A excepcional arrecadação tributária de 2002 foi motivada pela elevada arrecadação do ISS, que naquele ano atingiu R\$ 10,6 milhões, em função da construção da nova unidade fabril da Aracruz Celulose, a Fábrica C. Com a conclusão da unidade, a arrecadação do ISS em 2003 recuou para R\$ 7,6 milhões. Apesar dessa queda, o ISS continua sendo o principal tributo municipal e rivaliza com o FPM como a segunda principal fonte da receita municipal.

Dentre os itens da receita tributária municipal, cabe destaque ainda para a taxa de iluminação pública, cujos recursos são utilizados, exclusivamente, para cobrir os custos de manutenção e expansão do sistema público de iluminação. Foram arrecadados R\$ 2,5 milhões somente com essa taxa, em 2003, contra R\$ 1,5 milhão no ano anterior.

Com relação ao IPTU, apesar do aumento da arrecadação entre 2002 e 2003, que passou de R\$ 590 mil para R\$ 786 mil, sua participação na receita é ainda muito pequena, da ordem de 0,9%. A participação da arrecadação de R\$ 353 mil de ITBI, em 2003, foi ainda menor, de 0,4%.



COMPOSIÇÃO DA RECEITA TRIBUTÁRIA
2003

Transferências correntes

As transferências correntes são recursos recebidos regularmente da União e do estado, sendo as maiores fontes de receita para a grande maioria dos municípios brasileiros. Em Aracruz, elas foram responsáveis por 80,4% de toda a receita municipal no ano de 2003.

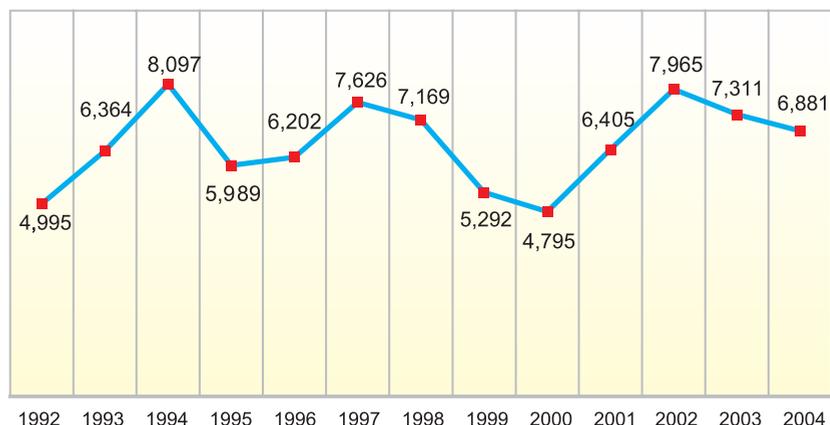
Transferências do Estado

QPM-ICMS – A principal fonte de receita de Aracruz é a Quota-Parte Municipal no ICMS (QPM-ICMS), proveniente do governo estadual, que responde por 58% de seus recursos orçamentários. Em 2003, o município recebeu R\$ 53,7 milhões, 8,8% a menos que os R\$ 58,8 milhões do ano anterior, queda explicada pela redução de 8,2% do índice de participação no ICMS, conforme pode ser observado no gráfico a seguir. Apesar da queda, a receita da QPM-ICMS manteve-se em níveis elevados em 2003. O fato é que o índice de participação do município no ICMS de 7,955, em 2002, foi o maior dos últimos sete anos, o que elevou a receita de ICMS naquele ano.



Casas populares – Bairro São Marcos

ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NO ICMS



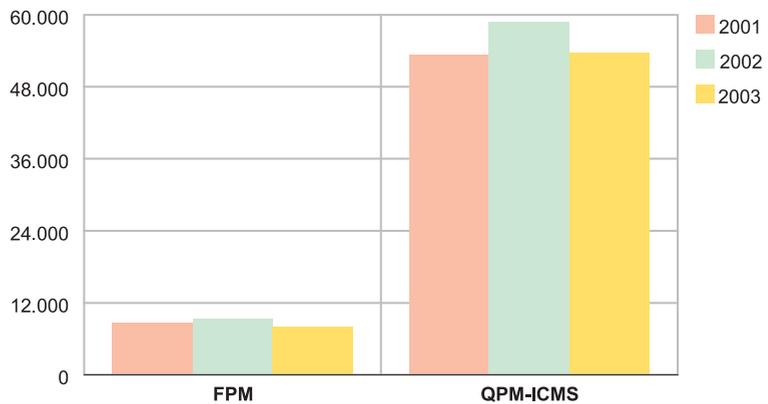
É importante para o conhecimento do leitor, que a QPM-ICMS é formada por 25% da arrecadação estadual de ICMS e é distribuída aos municípios de acordo com o índice de participação de cada um. Esse índice é calculado anualmente, tendo por base diversos critérios. O principal deles é o valor adicionado, que representa a riqueza gerada pelos estabelecimentos comerciais e industriais instalados no município. Assim, o que Aracruz recebe de QPM-ICMS depende tanto da arrecadação estadual do ICMS, como do seu índice de participação.

Nota-se ainda que a Aracruz Celulose S.A., por ser um empreendimento de grande porte, de alto valor adicionado, tem um impacto muito forte no índice de participação do Município de Aracruz. O que equivale a dizer que o movimento econômico da empresa tem um forte impacto sobre as finanças municipais de Aracruz.

Outras transferências do Estado – A arrecadação do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) é de competência estadual, mas do total do IPVA arrecadado sobre os veículos emplacados em Aracruz, metade pertence ao município e metade ao Estado. Em 2003, Aracruz recebeu R\$ 782 mil de IPVA.

O Estado repassou, ainda em 2003, R\$ 1,3 milhão relativo ao Fundo de Exportação. Esse recurso provém da arrecadação federal do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), cuja parcela de 10% a União repassa aos estados, proporcionalmente ao volume do valor exportado de cada um deles. Esses, por sua vez, repassam 25% aos respectivos municípios, utilizando para isso o mesmo índice de participação do ICMS.

PRINCIPAIS TRANSFERÊNCIAS
Em mil reais



Transferências da União

FPM – Os municípios recebem diversas transferências da União. A principal delas é o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), formado por 22,5% da arrecadação líquida do Imposto sobre a Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Para Aracruz, o FPM foi a segunda mais importante fonte de recursos, em 2003, equívulendo a 8,7% da receita municipal. Essa receita do FPM de Aracruz foi cerca de 15% menor que a de 2002. Esse modesto desempenho deveu-se ao bom desempenho do FPM de 2002, favorecido por fatores atípicos que não se repetiram em 2003¹.

SUS – A Constituição Federal de 1988 instituiu o Sistema Único de Saúde (SUS). Atualmente, os municípios são enquadrados em uma das duas categorias do sistema: Gestão Plena da Atenção Básica e Gestão Plena do Sistema Municipal. Aracruz está enquadrado no segundo caso, cabendo-lhe, assim, a gestão de todos os serviços de saúde municipal.

Para exercer essas funções, o município recebe repasses do Ministério da Saúde provenientes do Fundo Nacional de Saúde. Uma parcela desses recursos é fixa, de acordo com a população municipal, e outra variável, de acordo com os procedimentos médicos, ambulatoriais e hospitalares realizados pelo SUS no âmbito municipal.

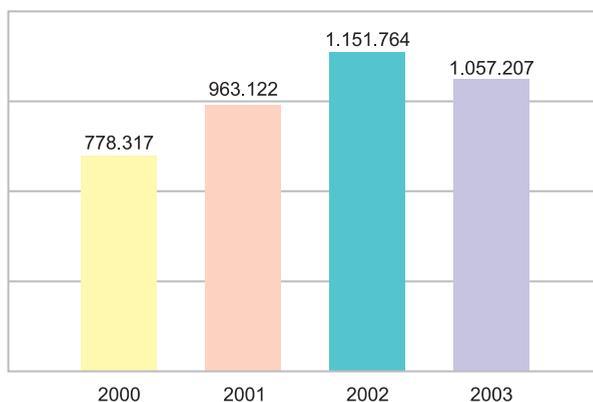
¹ Tais fatores foram: 1) distribuição da arrecadação do Refis 2000/2001, em janeiro de 2002; 2) receita extra do Imposto de Renda Pessoa Jurídica por conta da adesão dos fundos de pensão ao Regime Especial de Tributação (RET) e 3) aumento da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) decorrente de incentivos tributários.

Centro de Saúde – Bairro Bela Vista



Em 2003, Aracruz recebeu R\$ 5 milhões a título de SUS, valor 14% inferior ao do ano anterior, de R\$ 5,8 milhões, em valores corrigidos. Esses recursos respondem por quase um terço (32%) de todo o gasto com a saúde municipal.

PROCEDIMENTOS EM SAÚDE



Outras transferências da União – A União repassou, em 2003, R\$ 3,2 milhões referentes a compensação pela desoneração das exportações (Lei Kandir – Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996), R\$ 48 mil referente à parcela do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural e R\$ 297 mil de demais transferências.

Saldo Fundef

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) é constituído por 15% das receitas de impostos municipais e estaduais. Os recursos do Fundo são redistribuídos entre os municípios e o Estado de acordo com o número de alunos matriculados em suas respectivas redes de ensino fundamental.

O saldo do Fundef em 2003, ou seja, a diferença entre as contribuições de Aracruz ao Fundo e os recursos que recebe dele, foi negativo em R\$ 362 mil. Em 2002, Aracruz havia apresentado um saldo negativo de R\$ 1,8 milhão. Esse saldo modifica-se conforme as variações no número de matrículas do ensino fundamental do município e do Estado e nos valores das receitas que compõem o Fundef.

Outras transferências correntes

São diversas as transferências que atendem a programas nas áreas de educação (merenda e transporte escolares, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, Dinheiro Direto Escola, Criança na Escola, Alfabetização Solidária e educação indígena), na área da saúde (vacinação) e na de assistência social (Apae, Projeto Pessoa Idosa, erradicação do trabalho infantil, entre outros).



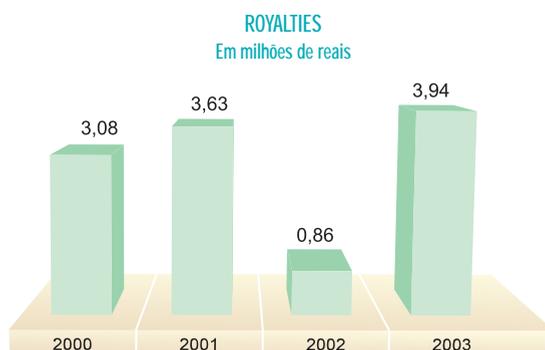
Estação de tratamento de esgoto – Vila do Riacho



Royalties

Em 2003, Aracruz recebeu a quantia de R\$ 3,9 milhões referente aos royalties de petróleo, valor 8,6% acima do recebido em 2001.

Em 2002, os valores dos royalties de Aracruz foram bastante inferiores, da ordem de R\$ 868 mil. De acordo com a prestação de contas anterior, isso ocorreu porque a portaria nº 29 da ANP, que entrou em vigor em março de 2002, exclui Aracruz dos royalties referente às instalações de embarque e desembarque de petróleo ou gás natural localizadas em seu território. A administração municipal entende que as instalações localizadas em Aracruz atendem às especificações da portaria. Por essa razão, levou a causa à Justiça e conseguiu que os royalties voltassem a ser pagos, a partir de maio de 2003, em caráter liminar.



2 | Análise das despesas

Principais itens da despesa – 1997-2003

Em mil reais médios de 2003 - IGP-DI

Itens da despesa	2000	2001	2002	2003	Variação 2003/2002	Particip. na desp. total 2003
Pessoal	34.028	39.403	53.752	43.223	-19,6%	50,5%
Pessoal ativo	33.680	38.947	53.363	42.861	-19,7%	50,1%
Inativos	51	82	80	74	-8,6%	0,1%
Pensionistas	3	9	9	16	76,5%	0,0%
Salário-família	293	365	299	272	-9,0%	0,3%
Custeio	33.323	50.632	46.340	33.692	-27,3%	39,4%
Material de consumo	5.307	6.350	8.005	7.028	-12,2%	8,2%
Serviços de terceiros e encargos	23.881	26.882	24.633	22.896	-7,1%	26,8%
Outras despesas de custeio	4.135	17.400	13.703	3.767	-72,5%	4,4%
Juros e amortizações da dívida	1.157	2.336	2.456	3.421	39,3%	4,0%
Investimentos	9.377	3.393	8.032	5.182	-35,5%	6,1%
Despesa total	77.885	95.764	110.580	85.518	-22,7%	100,0%

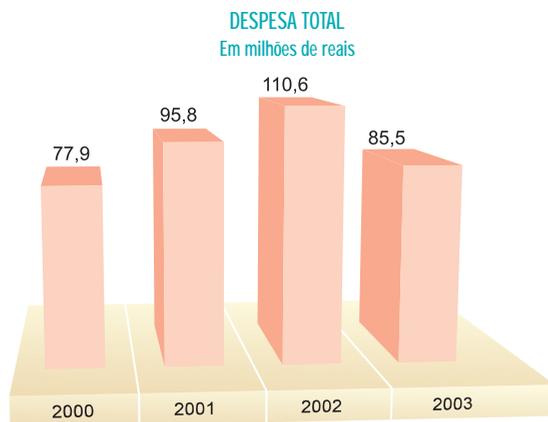


Centro administrativo – Aracruz sede

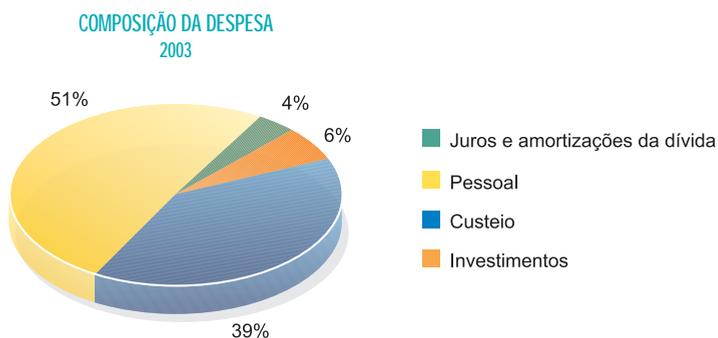
Despesa total

Em 2003, a despesa total do Município de Aracruz foi de R\$ 85,5 milhões, 22,7% abaixo da verificada no ano anterior, de R\$ 110,6 milhões. A queda da despesa acompanhou a redução da receita municipal, que foi de 9% entre 2002 e 2003. A maior intensidade da queda da despesa em relação à da receita foi necessária para cobrir o déficit orçamentário ocorrido em 2002 (veja mais no item Resultado da execução orçamentária).

A redução dos gastos ocorreu principalmente nas áreas de pessoal e custeio. Os investimentos com recursos próprios foram preservados, ainda que o investimento global tenha sofrido redução. Os gastos com juros e amortizações foram maiores em 2003.



Em 2003, metade de toda a despesa municipal ocorreu com pessoal. O custeio (exceto pessoal) representou 39%, os investimentos, 6,1% e os juros e amortizações da dívida, 4%.



Conforme a tabela a seguir, cerca de 45% do total do gasto municipal é realizado pelas secretarias de Educação e de Saúde.



Fábrica de manilha – Aracruz sede

DESPESA POR SECRETARIA - 2003

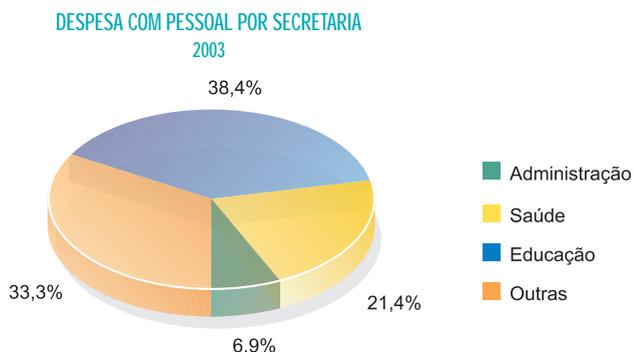
Secretarias	2003 em mil reais	%
Câmara Municipal	5.096	6,0%
Gabinete do Prefeito	920	1,1%
Procuradoria Geral	692	0,8%
Planejamento	309	0,4%
Administração	4.944	5,8%
Fazenda	2.268	2,7%
Saúde	15.554	18,2%
Educação	22.858	26,7%
Ação Social	1.543	1,8%
Turismo, Esporte, Cultura e Lazer	1.917	2,2%
Infra-estrutura Urbana	3.266	3,8%
Obras	7.441	8,7%
Agricultura	2.548	3,0%
Meio ambiente	979	1,1%
Desenvolvimento e Controle Governamental	109	0,1%
Suprimentos	2.598	3,0%
Habitação e Trabalho	830	1,0%
Comunicação	839	1,0%
Desenvolvimento Social	98	0,1%
Encargos gerais do município	10.710	12,5%
Total	85.518	100,0%

Pessoal

A despesa com pessoal é o maior item de gasto da Prefeitura de Aracruz, assim como da grande maioria dos municípios brasileiros. Em 2003, chegou a R\$ 43,2 milhões, representando 50,5% do gasto total. Em relação ao ano anterior, essa despesa foi reduzida em 19,6%, comparando-se valores corrigidos da inflação pelo IGP-DI.

Reduziu-se também a participação desse item no total da receita corrente líquida. Esse indicador é utilizado pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que o limita a um máximo de 60%¹. Em Aracruz, esse percentual foi de 46,9%, em 2003, menor portanto que o do ano anterior, de 54,7%.

As secretarias para as quais são destinados os maiores valores referentes à despesa com pessoal são as de Educação e Saúde. Juntas, elas realizaram 60% dessa despesa, em 2003. Em seguida, estão a Câmara Municipal e as secretarias de Administração e Infra-estrutura Urbana. Com relação à quantidade de funcionários, a Secretaria de Educação abrange 48% do total, ou seja, 1.355 pessoas.



¹ O gasto com pessoal do Poder Executivo (não incluindo a Câmara Municipal) é limitado ao máximo de 54% da receita corrente líquida (veja item 4, Limites constitucionais e legais, na página 24).

Calçadão e asfaltamento – Barra do Sahy



DESPA COM PESSOAL E NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS POR SECRETARIA • 2003

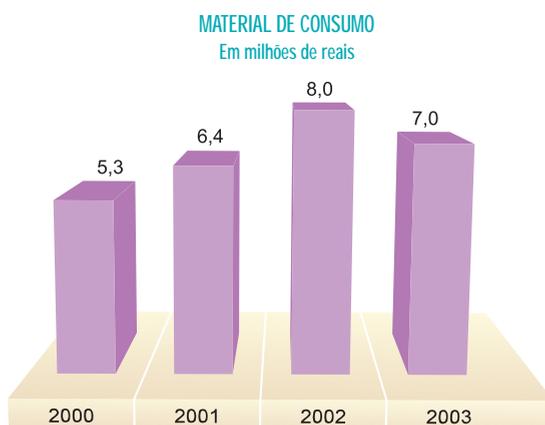
Secretarias	Despesa com pessoal		Número de funcionários	
	2003 em mil reais	%	2003	%
Câmara municipal	3.535	8,2%	105	3,6%
Gabinete do prefeito	548	1,3%	24	0,8%
Procuradoria geral	188	0,4%	10	0,3%
Planejamento	253	0,6%	19	0,6%
Administração	2.985	6,9%	387	13,2%
Fazenda	1.157	2,7%	46	1,6%
Saúde	9.248	21,4%	287	9,8%
Educação	16.588	38,4%	1.355	46,2%
Ação social	613	1,4%	62	2,1%
Turismo, esporte, cultura e lazer	507	1,2%	44	1,5%
Infra-estrutura urbana	2.625	6,1%	346	11,8%
Obras	1.020	2,4%	102	3,5%
Agricultura	540	1,3%	55	1,9%
Meio ambiente	430	1,0%	51	1,7%
Desenv. e controle governamental	54	0,1%	-	-
Suprimentos	538	1,2%	17	0,6%
Habitação e trabalho	251	0,6%	22	0,7%
Comunicação	142	0,3%	4	0,1%
Desenvolvimento social	55	0,1%	-	-
Encargos gerais do município	1.945	4,5%	-	-
Total	43.223	100,0%	2.936	100,0%

Material de consumo

A despesa com material de consumo foi de R\$ 7 milhões, em 2003. Em relação aos R\$ 8 milhões registrados em 2002, houve uma queda de 12%. A redução nesse item da despesa está relacionada à contenção geral das despesas, especialmente à dos investimentos.

O gasto com material de consumo é, em grande parte, determinado pela evolução dos investimentos. Quando escolas e unidades de saúde são construídas ou reformadas, quando se pavimentam ruas ou se constroem pontes, por exemplo, normalmente tem-se um aumento, imediato e posterior, nas despesas com merenda escolar, medicamentos, combustíveis, material de expediente, materiais para a manutenção dos equipamentos públicos e outros. A implantação de campanhas e programas sociais, culturais ou ambientais, e até o crescimento no número de funcionários, também podem ser causas do aumento do gasto com material de consumo.

Dentre os maiores gastos com material de consumo, destacam-se os combustíveis e os medicamentos.



Serviços de terceiros

Na estrutura do dispêndio dos municípios brasileiros, os serviços de terceiros costumam ser o segundo maior item. Aracruz não fugiu à regra. Os serviços de terceiros e encargos do município foram superados apenas pelas despesas com pessoal e representaram 26,8% do gasto total, em 2003.

Desde 2002, o gasto com serviços de terceiros vem sendo reduzido. Entre 2001 e 2002, houve um recuo de 9%, e entre 2002 e 2003, a queda foi de 7%, quando seu valor ficou em torno de R\$ 23 milhões.

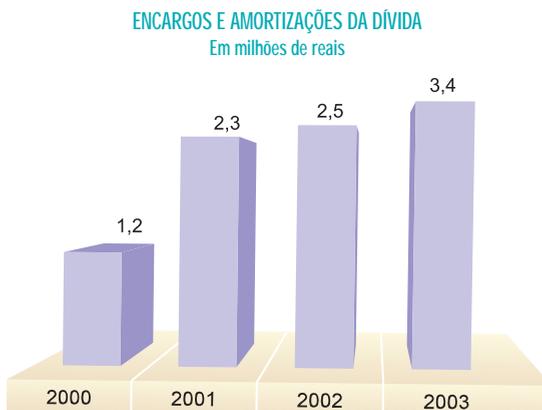
Os serviços de terceiros referem-se a locação de máquinas, veículos e imóveis, fornecimento de energia elétrica, telefonia, serviços de vigilância e segurança, informática e processamento de dados, promoções e eventos, serviços médicos, advocatícios, consultorias, publicidades e serviços gráficos, hospedagens e transportes, entre outros.



Juros e amortizações da dívida

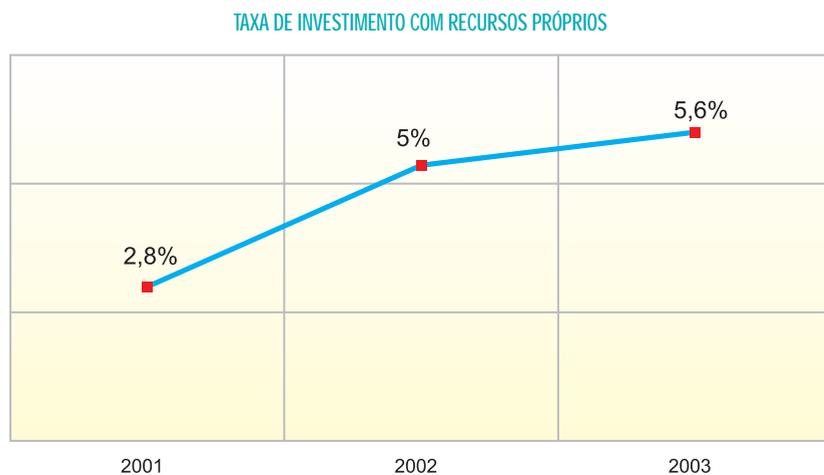
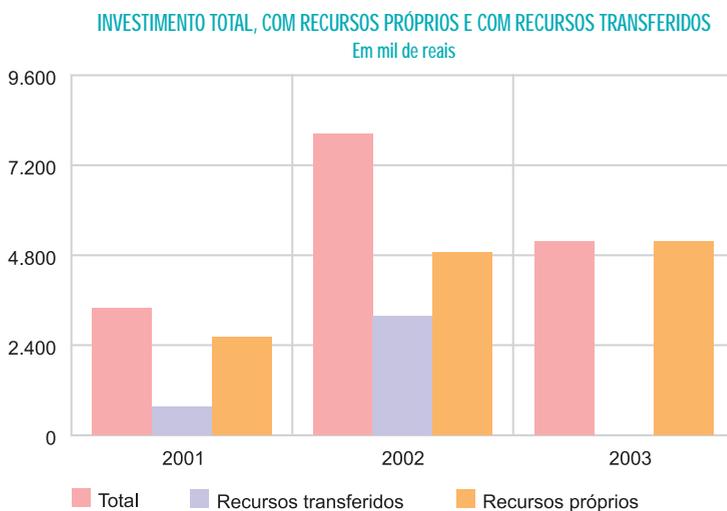
Em 2003, Aracruz destinou R\$ 3,4 milhões para pagamento de juros e amortizações de sua dívida consolidada, contra uma média de R\$ 2,4 milhões nos dois últimos anos anteriores. Esse aumento, associado à queda da despesa total, fez com que o percentual da despesa destinado ao pagamento de juros, saltasse de 2,3% no biênio 2001-2002, para 4%, em 2003.

Os juros e amortizações da dívida de Aracruz referem-se a dívidas que totalizaram R\$ 36,67 milhões, em dezembro de 2003.



Investimentos

Em 2003, Aracruz ampliou a taxa de investimento com recursos próprios. Em 2002, o município investiu R\$ 4,8 milhões com recursos próprios, correspondentes a 5% da receita corrente. Em 2003, esse percentual foi ligeiramente maior: 5,6%, com investimentos de R\$ 5,2 milhões oriundos de receita própria.



No entanto, o volume total de investimentos sofreu uma significativa redução, passando de R\$ 8 milhões, em 2002, para R\$ 5,2 milhões, em 2003. Isso porque em 2002, dos R\$ 8 milhões investidos, R\$ 3,2 milhões foram obtidos junto à União (R\$ 2,9 milhões) e ao governo estadual (R\$ 270 mil).



Praça – Aracruz sede

Os principais investimentos realizados no período de 2001 a 2003 foram os seguintes:

- manutenção dos pagamentos de salários em dia
- manutenção dos pagamentos a fornecedores em dia
- asfaltamento da avenida Ademar dos Reis, na Barra do Sahy
- asfaltamento da rua Catarina Cuzzuol, no bairro de Fátima
- asfaltamento de ruas no bairro Vila Nova – loteamento Jovino Moro
- pavimentação de ruas nos bairros Bela Vista e Fátima
- implantação do Centro Industrial
- realização da XIV Exposição Agropecuária e Comunitária
- construção de casas populares em Vila do Riacho
- construção de casas populares em Jacupemba
- construção de casas populares em Guaraná
- construção do Centro de Saúde Bela Vista
- construção do muro do Parque de Exposições
- construção de caixa d'água para os bairros Planalto e São Marcos
- construção de pontes e estradas vicinais
- construção do Cemitério Parque da Colina
- construção de quadras poliesportivas cobertas

- construção de muro e castelo d'água - cemitério novo
- aquisição de área para instalação do Centro Administrativo
- reforma dos imóveis para instalação do Centro Administrativo
- reforma da Rodoviária e do Mercado Municipal
- reforma e ampliação da E.P.S.G. Caboclo Bernardo
- fabricação de manilhas e bloquetes hexagonais
- extensão de rede elétrica e iluminação pública nos bairros São Marcos e São José – Jacupemba

Alguns dos investimentos que estão sendo realizados em 2004 são:

- adiantamento de 50% do 13º salário aos funcionários públicos
- construção do Centro de Zoonoses
- construção do Pronto-Atendimento no Hospital São Camilo
- pavimentação e calçamento de ruas em Barra e Vila do Riacho
- construção do camelódromo
- construção de praça e área de lazer na entrada da cidade
- asfaltamento de ruas em Santa Cruz
- construção de quadras poliesportivas em Santa Cruz
- construção de centros educacionais
- construção do calçadão em Barra do Sahy



Centro de controle de zoonoses

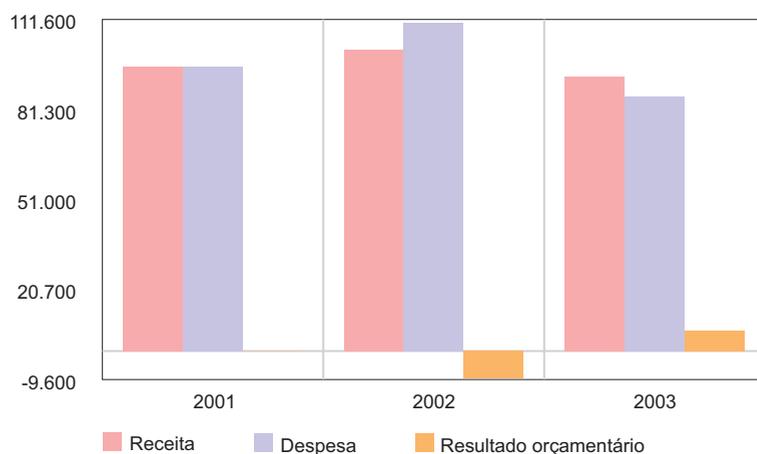
3 Resultado da execução orçamentária

Em 2003, o Município de Aracruz apresentou um superávit de R\$ 6,7 milhões: as receitas somaram R\$ 92,3 milhões e as despesas, R\$ 85,5 milhões. A obtenção desse resultado positivo fez-se necessária a fim de cobrir o déficit ocorrido no ano anterior. Assim, nos últimos três anos, observa-se uma execução orçamentária bastante equilibrada, com um pequeno déficit da ordem de 0,9% da receita municipal.

Em mil reais médios de 2003 - IGP-DI

Anos	Receita A	Despesa B	Resultado C = A - B	C/A
2001	95.724,7	95.763,6	-38,9	0,0%
2002	101.389,8	110.579,5	-9.189,7	-9,1%
2003	92.257,2	85.517,8	6.739,4	7,3%
Total	289.371,7	291.860,9	-2.489,2	-0,9%

RECEITA, DESPESA E RESULTADO ORÇAMENTÁRIO



4 | Limites constitucionais e legais

Saúde

Segundo a Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000, os municípios devem aplicar na saúde um mínimo de 11,8% da receita total de impostos em 2003. Aracruz aplicou 13,2% na função saúde naquele ano, percentual, portanto, superior ao mínimo estipulado.

Educação

O gasto municipal vinculado à educação, de acordo com a Constituição Federal, é de, no mínimo, 25% de suas receitas provenientes de impostos. Aracruz gastou 26,5% com o total da educação, em 2003.

Pessoal

Conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal, o Poder Executivo municipal pode gastar até 54% de sua receita corrente líquida com despesas de pessoal. Em Aracruz, esse percentual foi de 42,6%, em 2003.

Estoque da dívida

A Lei de Responsabilidade Fiscal, complementada pela Resolução do Senado Federal nº 40, determina que o estoque da dívida consolidada líquida deve ser, no máximo, 1,2 vezes (120%) a receita corrente líquida. Em Aracruz, essa relação foi de 0,3121 (31,21%), quando a dívida consolidada líquida atingiu a cifra de R\$ 36,67 milhões, no final do exercício de 2003.

LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS • 2003

	Em % da receita corrente líquida	
	Limite máximo	Realizado
Gasto com pessoal do Executivo ¹	54%	42,58%
Dívida consolidada líquida	120%	31,21%

	Em % da receita de impostos ²	
	Limite mínimo	Realizado
Gasto total com educação	25%	26,5%
Gasto total com saúde	11,8%	13,2%

1 O gasto com pessoal utilizado para o cálculo deste indicador refere-se ao pessoal da administração direta e indireta do Poder Executivo, não incluindo, portanto, os gastos com pessoal da Câmara Municipal.

2 A receita proveniente de impostos inclui os impostos municipais (não inclui taxas) e as transferências oriundas da arrecadação federal e estadual de impostos (não inclui transferências de convênios).